



Políticas públicas para juventude rural e as ações do Programa Santa Catarina Rural

Maxemino Luiz Martinelli
Rosana Maria Badalotti
Cristiane Tonezer

Resumo: O debate acadêmico tem refletido sobre a complexidade/diversidade que envolve a categoria juventude e mais especificamente a juventude rural. O planejamento das políticas públicas requer a participação dos jovens rurais em processos de deliberação pública que mobilizem os mesmos a participar das decisões. Este artigo problematiza sobre políticas públicas voltadas para as juventudes rurais, e mais especificamente, analisa a contribuição do Curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo vinculado ao Programa Santa Catarina Rural (SC Rural). Metodologicamente se caracteriza como uma revisão bibliográfica, documental e de campo. Como resultados, evidencia-se que o processo de formação vivenciado pelos jovens rurais no curso investigado amplia as competências dos mesmos para que valorizem o meio em que vivem e contribui para alterar as condições socioeconômica e ambiental das famílias dos mesmos. A metodologia de formação por alternância se trata de um importante diferencial do curso, pois a articulação entre teoria e prática, possibilitou responder às necessidades e fragilidades vivenciadas no meio rural de forma condizente com a realidade de cada jovem. Por fim, permitiu analisar as possibilidades e limites deste curso no âmbito das políticas públicas voltadas aos jovens rurais no estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Juventude. Juventude rural. Políticas públicas. Programa SC Rural. Santa Catarina.

Introdução

De maneira geral, as políticas específicas, tanto para jovens urbanos, quanto rurais, possuem como base a Política Nacional de Juventude (PNJ) implantada em 2005 pela Lei 11.129, a qual delimita uma faixa etária para a condição da juventude, que compreende indivíduos entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2005).

A PNJ possui como base os princípios de promoção da autonomia e emancipação dos jovens; a valorização e promoção da participação social e política, o reconhecimento do jovem



como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem (BRASIL, 2005).

De acordo com Barcellos (2014), a juventude rural precisa ser considerada como um ator que se articula politicamente, na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas que atendam suas demandas. Nesse sentido, a juventude é um tema transversal, que deve ser abordado no conjunto do escopo das políticas voltadas para a área social e não visto apenas pelo viés cronológico de idade.

A partir desta problematização, este artigo analisa a contribuição do Curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo vinculado ao Programa Santa Catarina Rural (SC Rural).¹ Metodologicamente se caracteriza como qualitativo, e como instrumentais se valeu de levantamento documental e entrevistas com duas coordenadoras do curso investigado.

Para tanto, este texto está estruturado em duas sessões. Na primeira sessão abordam-se as políticas públicas e ações voltadas para juventude rural no âmbito federal. Na sequência, se destacam as políticas públicas e ações no âmbito estadual, apresentando especificamente o Programa SC Rural e uma de suas ações, o Curso de gestão, liderança e empreendedorismo, que tem como público-alvo a juventude rural do estado de Santa Catarina.

Políticas públicas e ações voltadas à juventude rural

Historicamente, o Estado têm sido omissos em relação às juventudes, e mais particularmente em relação à promoção de políticas públicas específicas voltadas a esse público. A partir dos anos de 1990, foi possível perceber que ações como a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criação do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), a realização de conferências, e mais

¹ Este texto é um recorte da dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). A dissertação intitulada **O Programa Santa Catarina Rural: uma análise do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens de Chapecó – SC** buscou analisar a contribuição do referido curso para os jovens rurais no município de Chapecó (SC).



recentemente , em 2013, com a criação do Estatuto da Juventude, começam a se consolidar alguns direitos e garantias para os jovens no que diz respeito a ações específicas.

Apesar dos inúmeros avanços nas políticas públicas e programas voltados aos jovens, a participação desta população na elaboração das mesmas ainda é insuficiente. No que diz respeito às políticas e programas específicos para a juventude rural, a limitação é ainda maior.

De maneira geral, as políticas específicas, tanto para jovens urbanos, quanto rurais, possuem como base a Política Nacional de Juventude, contudo a comparação de acesso entre o meio urbano e rural, no que diz respeito as estruturas sociais básicas, constata-se limitações de acesso do jovem rural em relação ao jovem urbano (BARCELLOS, 2014).

Segundo Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014, p.127), as políticas públicas voltadas a juventude rural, devem ser pensadas conjuntamente com um projeto societário mais amplo, que possa efetivamente superar as desigualdades geradas historicamente pelo modelo de desenvolvimento rural baseado no latifúndio e no agronegócio, ou seja, de acordo com os autores,

[...] pensar políticas públicas para a emancipação e autonomia da juventude rural é também estar consciente da necessidade de superar as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais produzidas pelo modelo de desenvolvimento rural brasileiro, baseado no latifúndio, no agronegócio e na concentração dos bens naturais comuns.

O debate que envolve as juventudes e sua relação com as políticas públicas, requer ampliar a compreensão da juventude como uma categoria multidimensional e diversa, que a reconheça como sujeitos de direito, autônomos e corresponsáveis. Estas políticas precisam visar a qualidade de vida tanto nos espaços urbanos quanto rurais, o que depende de ações integradas de promoção da saúde, esporte, lazer e meio ambiente, baseadas na cooperação solidária e na gestão democrática e compartilhada, incluindo as juventudes (CONJUVE, 2006).

No que se refere ao caráter particular do meio rural, inúmeros são os desafios enfrentados pela juventude nesse contexto. Entre estes, o Conjuve (2006, p. 36), destaca “[...] a precariedade e, inclusive, a ausência das políticas públicas que estimulem e [...] garantam o

acesso à terra e aos mecanismos para torná-la produtiva e sustentável, assim como assegurem os direitos trabalhistas”.

De acordo com Strapasolas (2014), refletir sobre juventude rural e sua relação com as políticas públicas exige refinamentos teórico-metodológicos, dada a complexidade em torno desta categoria, requer principalmente, reconhecer as particularidades dos contextos sociais em que os jovens estão inseridos.

Carneiro (1998) e Castro (2009) afirmam que a inserção do jovem rural no contexto das políticas públicas, se restringe ao seu papel como agente produtivo na manutenção e ampliação do patrimônio familiar, aspecto este que pode representar uma forma de segregação da juventude a outras dimensões da vida social.

De acordo com Carneiro (1998, p. 1), muitos estudos relacionados à juventude rural, referem-se ao jovem apenas na “[...] condição de aprendiz de agricultor dos processos de socialização e de divisão do trabalho no interior da unidade familiar, o que os tornam adultos precoces já que passam a ser enxergados unicamente pela ótica do trabalho”.

Segundo Renk, Dorigon e Bagnara (2014), esse processo de socialização de jovens na família rural acontece de forma gradativa, pois aos poucos os pais vão inserindo seus filhos em algumas atividades da propriedade, condição esta que deixa o jovem subalterno aos pais.

Os resquícios de um processo de socialização que era marcado pelo trabalho duro e pesado, não davam garantias de uma condição segura de produtividade, visto que, do período do plantio até a colheita, as famílias rurais estavam suscetíveis a diferentes intempéries. Essas experiências iam sendo internalizadas pelos jovens no processo de socialização até atingirem o grau de agricultor, quando considerados adultos (RENK; DORIGON, 2014).

Visto que o rural passou por grandes transformações, seja nas formas de produção, ou de socialização do trabalho e as novas inserções sociais, Renk e Dorigon (2014) destacam que a partir do contato com outras categorias sociais, os jovens começaram a ter uma nova percepção sobre o processo de socialização, recusando-se aos valores que foram até então dogmatizados.

Carneiro (1998) afirma que pelo fato de o meio rural não oferecer aos jovens as mesmas possibilidades que o meio urbano, a cidade tem sido considerada o espaço “privilegiado” para a



juventude construir, descobrir e realizar seus desejos e projetos, e ter acesso a serviços e bens de consumo como: cinema, shoppings, restaurantes, universidade, entre outros.

Nessa perspectiva, Carneiro (1998, p. 257), descreve que,

[...] as opções de lazer no campo são bastante limitadas, o que tem sido alvo de críticas e de insatisfação por parte dos jovens. A ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração. Essa carência de lazer (possibilidade de viajar, de ir a festas, passear etc.) é apontado como um desejo idealizado por grande parte dos jovens rurais (e urbanos), no caso de não estarem sob limites de dinheiro, de tempo ou de repressão familiar.

A busca pelo desejo de realização dos projetos de vida que não são oportunizados no campo, como descreveu Carneiro (1998), configurou um novo processo de migração vivenciado pelos jovens que visa novas perspectivas, diferentes daquelas experimentadas por seus pais. Segundo Renk e Dorigon (2014) as gerações passadas buscavam na endorreprodução camponesa assegurar a reprodução social camponesa.

O fenômeno da migração ou êxodo rural, principalmente de jovens rurais, se constitui em uma das dimensões estruturais que têm pautado agendas voltadas para pensar ações e políticas públicas que possam minimizar a saída desta categoria do meio rural. Entretanto, mais do que isso, é preciso visualizar as relações existentes entre o rural e o urbano, e de como, esta inter-relação interfere nas trajetórias e nos projetos de vida (STROPASSOLAS, 2014).

As desigualdades no meio rural, em decorrência de disparidades de desenvolvimento regional, construídas historicamente em diferentes níveis entre as quais se destacam “[...] às hierarquias de poderes e diferenças de classe social, etnia, raça, gênero e geração, enfim, ao acesso diferenciado às oportunidades, aos direitos de cidadania, às políticas públicas e aos bens da modernidade”, são determinantes para o processo migratório (STROPASOLAS, 2014, p. 185).

Nesta direção, o autor (2014, p.190) chama a atenção para a importância em considerar, no processo de construção das políticas públicas, “[...] os novos perfis identitários que vêm



sendo gestados nos diferentes contextos sociais em que interagem os diversos estratos sociais da juventude”.

[...] pensar a categoria juventude, na sua maior diversidade possível, exige que se inclua também nas análises e nas políticas as redefinições nos perfis identitários e as temáticas de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade etc., visando dar conta das várias dimensões que constituem a totalidade da vida social da juventude e que têm sido afirmadas de forma recorrente pelos próprios jovens nos eventos organizados, seja pelo Estado, seja pelos movimentos sociais, entre outros. (STROPASOLAS, 2014, p.195).

A complexidade que envolve a implementação de ações integradas, que contemplem a diversidade social das juventudes rurais, requer, portanto, questionar a versão setorializada ou individualizada de políticas. Requer ainda rever os modelos e as formas de gestão e de implementação das políticas, sobretudo em nível local, e por fim, ampliar a articulação entre o Estado e suas instituições, a sociedade civil, os movimentos sociais, as universidades, as entidades representativas e, sobretudo, os jovens na sua maior diversidade possível” (STROPASOLAS, 2014, p.196).

No quadro 1 apresenta-se um mapeamento de programas a nível federal que dizem respeito as políticas públicas para a juventude rural. Tais programas foram em sua maioria formulados e implementados pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com outros ministérios e diferentes organismos sociais.

Quadro 1: Programas direcionados aos jovens rurais, instituídos por Ministérios no período de 2003 a 2010

Programas	Ano	Ministérios/parceiros	Objetivo
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	2003	MDS; MDA	O Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, contribuindo para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar.
Nossa Primeira Terra	2004	MDA	Podem participar jovens sem-terra, filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas, na faixa etária de 18 a 28 anos, que queiram permanecer no meio rural e investir na propriedade. O programa estimula a permanência dos jovens e suas famílias no campo e possibilita qualificação técnica e maior inovação tecnológica nas propriedades rurais.
Programa Pronaf Jovem	2004	MDA	Contempla jovens de 16 a 25 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares

			<p>rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional. É uma linha de financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar especialmente criada para os filhos dos agricultores familiares.</p>
Projovem campo – Programa Saberes da Terra	2005	MTE; MDA	<p>O objetivo do Programa é um programa nacional de educação que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos agricultores familiares no sistema formal de ensino.</p> <p>No Programa são repassadas também as noções básicas da legislação que ampara o trabalhador rural.</p>
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)	2005	SGPR; SNJ; MTE	<p>Destinado aos jovens de 18 a 24 anos, que não têm carteira profissional assinada e que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental.</p> <p>O curso proporciona aos jovens a conclusão do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias, recebendo um incentivo mensal de R\$ 100, desde que cumpram 75% da frequência às aulas e demais atividades previstas.</p>
Consórcio Social da Juventude Rural	2007	FETRAF-SUL/CUT; MDA; MTE	<p>Os beneficiários são jovens rurais com idade entre 16 e 24 anos, de origem familiar com renda per capita de até meio salário-mínimo, que estejam em situação de desemprego no campo.</p> <p>Durante o processo de formação, os jovens aprendem a lidar com valores humanos, com aulas de ética e cidadania, além de educação ambiental e gestão para o desenvolvimento.</p> <p>O projeto tem a duração de seis meses e durante os quatro primeiros cada jovem recebe uma bolsa de R\$ 150,00. Nos dois meses restantes, eles formularão o próprio projeto produtivo que poderá ser viabilizado por meio dos programas Nossa Primeira Terra ou Pronaf Jovem.</p>
Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)	2010	União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios	<p>Tem como objetivo apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).



Como é possível observar nos programas e projetos elencados no quadro 1, houve avanços nas políticas voltadas para a juventude rural. De acordo com o Conjuve (2006), os programas foram sendo formulados a partir do reconhecimento da diversidade regional e das demandas das populações rurais e pelas mobilizações dos jovens.

Apesar do número significativo de programas direcionados para a juventude rural, de acordo com a Comissão Nacional dos Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR) (2007), o acesso às políticas públicas apresenta sérios entraves.

Entre esses, a CNJTTR (2007) aponta para a burocracia que envolve o cadastro e a documentação necessários para a inclusão nos programas ou linhas de crédito. Este fator é intensificado pela falta de colaboração e de interesse de alguns atores, principalmente daqueles que prestam assistência técnica para elaboração de projetos. De acordo com a mesma organização (2007), muitos jovens não possuem conhecimento dos programas existentes. Além da ausência de informação em relação aos programas, os jovens precisam enfrentar ainda o despreparo dos atores responsáveis por mediar os projetos e as ações.

A invisibilidade dos jovens rurais frente as políticas públicas e a fragilidade na execução dos programas e políticas públicas existentes, é descrita por Carneiro (1998) como um fator de exclusão, uma vez que, em sua grande maioria, as mesmas historicamente têm negligenciado os jovens e mais especificamente os jovens rurais.

Segundo Novaes et al (2006), a invisibilidade e as fragilidades enfrentadas pelos jovens frente as políticas públicas e os programas, se dá devido à ausência de prioridades em relação a grupos específicos ou minoritários. Apesar dos jovens serem considerados, teoricamente, como sujeitos chave para o desenvolvimento rural, algumas dimensões, como recursos limitados para aquisição e investimentos em terra; assistência técnica insuficiente; falta de acesso a saúde, educação e lazer; etc, interferem na permanência destes no meio rural e impedem que os mesmos sejam protagonistas de seu desenvolvimento social e econômico (NOVAES ET AL (2006); CNJTTR (2007); CASTRO (2009); BARCELLOS (2014)).



Programas e ações no Estado de Santa Catarina

No que se refere ao Estado de Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, vem desenvolvendo programas voltados aos jovens rurais, que visam integrar os mesmos como atores de construção e possibilitar a inserção social. De acordo com Souza (2012), a abrangência de cada programa, se dá frente a necessidade de cada território. No Quadro 2, são apresentados programas que estão sendo implementados no meio rural a partir de demandas que surgem em cada região do estado.

Quadro 2: Programas executados pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina

Programas	Finalidade
Programa SC Rural	Apoiam atividades de melhoria de produção de matéria prima, classificação, beneficiamento e transformação de produtos vegetais e animais, e ainda atividades não agrícolas como turismo e artesanato. o programa atua ainda nas atividades de: Assistência técnica e extensão rural; pesquisa e estudos; capacitação de técnicos e beneficiários nas áreas técnica e gerencial; gestão de Comitês de Bacias Hidrográficas; cursos em Gestão, Liderança e Empreendedorismo para jovens do campo e do mar e de protetores ambientais na política de pagamento por serviços ambientais e de proteção ambiental; apoio a projetos em atividades não agrícolas como turismo e artesanato; estruturação de roteiros turísticos; apoio à organização de agricultores para atividades de certificação fitossanitária, inspeção e certificação de propriedades livres de tuberculose e brucelose; monitoramento da qualidade de produtos de empreendimentos e da produção orgânica; implantação de projetos-piloto de oferta de internet e telefonia a comunidades rurais, com capacitações em inclusão digital; melhoria de estradas rurais em complementação aos projetos apoiados, entre outras.
Telefonia Fixa e Internet no Meio Rural	Permite o acesso ao serviço de telefonia fixa e ao espaço virtual. O Programa disponibiliza recursos aos municípios, que são responsáveis pelo Estudo de Viabilidade Técnica e por elaborar o Projeto Técnico.
Fundo Estadual de Sanidade Animal (Lundesa)	Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa) para indenização de produtores pelo abate sanitário de animais acometidos por febre aftosa e outras doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário do Estado.
Programa de Regularização e Sinalização das Áreas	O objetivo é regularizar mais de 800 áreas aquícolas entre os municípios de Palhoça a São Francisco do Sul, que foram licitadas pelo Governo



Aquícolas	Federal por meio do Ministério da Aquicultura e Pesca.
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	Objetiva financiar a aquisição de terras para trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, arrendatários, meeiros e filhos de agricultores.
Programa de Regularização Fundiária	O Programa de Regularização Fundiária, ação do Programa SC Rural, se dá por meio do fornecimento do levantamento topográfico georreferenciado, conforme a legislação ambiental, para que o agricultor possa instruir Ação de Usucapião ou alteração cartorial como remembramento, desmembramento e registros de formais de partilhas já sentenciados. Os beneficiários recebem ainda a planta georreferenciada do imóvel, inclusive áreas de reserva legal, Memorial Descritivo e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF)	O possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, minifundiários e jovens rurais o acesso à terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais. São também financiados os investimentos em infraestrutura básica para a estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários.
Projeto Contrapartida de Projetos Estruturantes Apoiados pelo SC Rural	Tem como objetivo apoiar os beneficiários do Programa SC Rural com financiamento da contrapartida devida aos projetos estruturantes.
Programa Irrigar	Incentiva os agricultores a investirem na irrigação como forma de ampliar a quantidade e a qualidade das pastagens produzidas.
Programa Terra-Boa	Subvencionar a aquisição de calcário e sementes de milho, a fim de aumentar a produção, reduzindo a dependência de importação. O programa também disponibiliza um kit forrageira, com produtos e insumos para a implementação de um hectare de pastagem. Outra possibilidade é o kit apicultura, voltado à aquisição de equipamentos e abelhas rainhas.
Programa Beija-flor	O Programa Beija-Flor atua fortemente em comunidades rurais e pesqueiras de Santa Catarina com a instalação de telecentros. Há o fomento de atividades pedagógicas, cujo objetivo é permitir o exercício da cidadania. Os telecentros ou unidades de inclusão digital são núcleos equipados com computadores e acesso à internet e são instalados em locais de acesso público, como escolas, colônia de pescadores, bibliotecas públicas, prefeituras municipais, associações da sociedade civil, dentre outros. São espaços de integração comunitária, aprendizagem, crescimento pessoal e mobilização social. Funcionam como salas de aula de informática com monitores capacitados e também proporcionam acesso livre à internet.
Programa de Fomento à Produção Agropecuária	Tem como objetivo conceder financiamentos voltados para melhoria do processo produtivo, agregação de valor, desenvolvimento da pesca e aquicultura e saneamento rural.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).



A partir das ações que são apresentadas no quadro 2, identifica-se uma maior atuação no que diz respeito aos programas destinados ao aumento e/ou qualidade nos processos de produção, mesmo os que tem por finalidade o acesso e aquisição de terras.

Com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento humano na perspectiva de uma inserção social e uma melhor qualidade de vida, o Programa SC Rural visa aumentar a competitividade das organizações da agricultura familiar por meio do fortalecimento e estruturação das suas cadeias produtivas (SC RURAL, 2016).

O Programa SC Rural dá continuidade a uma política pública iniciada com os programas Microbacias por meio do Governo do Estado com financiamento do Banco Mundial. Conforme informações da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SANTA CATARINA, 2019), por meio do apoio aos planos de negócio, seja de um município ou de uma região, o SC Rural tem atuação em diversas atividades como:

- Assistência técnica e extensão rural;
- Pesquisa e estudos;
- Capacitação de técnicos e beneficiários nas áreas técnica e gerencial;
- Gestão de Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Cursos em Gestão, Liderança e Empreendedorismo para jovens do campo e do mar e de protetores ambientais na política de pagamento por serviços ambientais e de proteção ambiental;
- Apoio a projetos em atividades não agrícolas como turismo e artesanato;
- Estruturação de roteiros turísticos;
- Apoio à organização de agricultores para atividades de certificação fitossanitária, inspeção e certificação de propriedades livres de tuberculose e brucelose;
- Monitoramento da qualidade de produtos de empreendimentos e da produção orgânica;
- Implantação de projetos-piloto de oferta de internet e telefonia a comunidades rurais, com capacitações em inclusão digital; e
- Melhoria de estradas rurais em complementação aos projetos apoiados.



Na coordenação do Programa SC Rural, se destaca o papel da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, que por meio da Secretaria-Executiva Estadual do SC Rural, definiu como executores do programa suas empresas vinculadas: a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) Secretaria de Infraestrutura (SIE), a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), Fundação do Meio Ambiente (FATMA); Batalhão da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), a qual está à frente do Curso em Gestão, Liderança e Empreendedorismo para jovens do campo (SC RURAL, 2016).

Atuação da Epagri com jovens rurais: curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo

O curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens, faz parte das atividades desenvolvidas no Programa SC Rural e tem como objetivo formar lideranças rurais e desenvolver o espírito empreendedor dos jovens agricultores. Desta forma, com um olhar sobre a diversidade de cada região, o curso busca incentivar a discussão sobre sucessão familiar nas propriedades rurais, bem como as demandas específicas de cada jovem, possibilitando a articulação teórica e prática que visa a formação pessoal e técnica. Na condução do curso, está a Epagri como ator facilitador do mesmo.

A iniciativa de um trabalho específico com a juventude rural no programa do SC Rural, se deu, de acordo com Poletto (2016), a partir de um questionamento a respeito do que seria importante fazer para que o jovem rural pudesse permanecer motivado a continuar no meio rural. Segundo o autor, esse questionamento levou a Epagri a pensar em possibilidades efetivas de atuação que pudessem ter efeitos positivos sobre a vida dos jovens rurais que seriam beneficiados no âmbito do SC Rural.

Steinwandter (2016) observa que sempre fizeram pauta nas discussões dos projetos da Epagri, a possibilidade de dar andamento em novos projetos voltados aos jovens após o término do programa do Microbacias. Ainda de acordo com o autor, entre 2009 e 2010 a Gerência de Extensão Rural e Pesqueira, aproveitando a oportunidade da preparação do



Programa SC Rural, apresentou uma proposta de trabalho à diretoria da Epagri e ao grupo responsável pela elaboração do novo programa SC Rural.

Assim, foi idealizado um curso de formação que pudesse auxiliar o jovem nas novas técnicas e tecnologias voltadas à área de desenvolvimento humano e ambiental. Nessa perspectiva, a ação inicial da Epagri foi propor o curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens rurais (POLETTI, 2016).

Figueró (2016) salienta que apesar de previsto o trabalho com a juventude rural em face da parceria firmada entre o Banco Mundial e o Governo de Santa Catarina a partir de 2010, algumas ações do Programa SC Rural, iniciaram mais tarde, a exemplo, das ações com os jovens rurais.

Segundo a autora, esse início só ocorreu posteriormente, devido à falta de definição de uma estratégia para o trabalho. Após alguns trâmites legais, se tentou primeiramente a contratação de uma consultoria para desenvolver os trabalhos, o que não se concretizou. Optou-se então, pela execução da própria Epagri por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Após a definição de como seriam realizadas as ações com os jovens rurais, o Centro de Treinamento da Epagri (Cetrec) em Chapecó, iniciou a prospecção de jovens interessados. Com o andamento das atividades, a Unidade de Gestão Técnica (UGT) do Oeste Catarinense, representada pelas gerências regionais de Chapecó, São Lourenço do Oeste e Xanxerê se depararam com questões relacionadas a sucessão familiar e ao êxodo rural (FIGUERÓ, 2016).

A referida autora destaca que no início não foi fácil compor as turmas devido o alto número de desistências, originadas por questões diversas como: falta de mão de obra na propriedade; por problemas familiares; pela saída do campo para trabalhar na cidade; e pelo desestímulo em continuar desenvolvendo atividades agrícolas nas propriedades rurais.

Contudo, após inúmeras reuniões que envolveram as UGTs, chefes dos centros de treinamento e outros responsáveis envolvidos, deram início em 2012 ao primeiro curso de liderança, gestão e empreendedorismo com jovens no centro de treinamento de Tubarão – SC. Já em 2013 todos os centros de treinamentos da Epagri estavam preparados e já ofereciam o curso (STEINWANDTER, 2016).



Como destaca Gerber (2016), o curso foi fundamental para esse novo olhar que se está construindo sobre o meio rural, que busca integrar cada vez mais o rural e urbano, diminuindo as fronteiras de acesso aos bens de consumo, serviços e nas interrelações que se estabelecem. Dessa forma, foi pertinente o propósito do curso em desenvolver as habilidades de liderança, gestão e empreendedorismo com um olhar ampliado para as múltiplas relações que atualmente os jovens estabelecem nos diferentes contextos.

Segundo afirmação da coordenadora do programa na região de Chapecó (C1), o curso buscou uma inserção do jovem no meio social e produtivo de uma forma integrada. “É possibilitado aos jovens novos horizontes, sejam de renda, lazer, saúde, cultura entre outros, sem separar o meio social do produtivo”. Ainda de acordo com S5, essa inserção busca ampliar a identidade da agricultura familiar uma vez que as relações que se estabelecem são integradas.

Para participar do curso, os jovens necessitam estar com completos 18 a 29 anos. O curso possibilita participar de uma dinâmica de formação numa combinação de aspectos teóricos com práticas de experimentação e trocas de experiências. É uma metodologia em que os jovens assumem responsabilidades em diferentes situações, elaborando projetos denominado de “Projeto de Vida”, que leve em conta aspectos sociais, ambientais e econômicos (EPAGRI, 2016).

De acordo com Poletto (2016), para a realização do curso são utilizados os centros de treinamentos da Epagri, nos quais são ministradas as aulas. O curso intercala os momentos teóricos e de práticas de experimentação, possibilitando trocas de experiências entre os participantes do curso e da experiência vivenciada em propriedades modelos, intercalando visitas em propriedades que desenvolvem diferentes tipos de atividades. Esse modelo se caracteriza como a metodologia de alternância.

Gimonet (1999) destaca que a metodologia da alternância utiliza mecanismos durante o período de formação que alterna entre o meio sócio/profissional e os centros de ensino. É uma metodologia que permite a interação educativa entre o meio e a escola.

Para o autor, nessa formação integral, estão envolvidas todas as relações do indivíduo, ou seja, a organização escolar, a formação dos profissionais que nela atuam, a configuração



social, as representações vigentes no meio, o projeto de vida de cada um e as condições socioeconômicas da família e da comunidade.

Nessa perspectiva educativa, o jovem deve ser o protagonista de sua própria formação, podendo analisar quais conteúdos são relevantes para seu desenvolvimento pessoal e social. Gimonet (1999) destaca ainda que nessa metodologia há uma atenção personalizada, com tutoria, a qual possibilita o diálogo para revisão do caderno da realidade e as visitas às famílias e às comunidades. Esse processo permite a apropriação de conhecimento na produção de saberes por meio da pessoa, ou seja, é mais do que um simples consumo de informações pela mesma.

De acordo com coordenadora do curso (C1), esse método da pedagogia da alternância, é utilizado no curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo, ministrado pela Epagri, a partir de um cronograma desenvolvido em módulos. É importante destacar que esses módulos são ministrados de forma articulada com as demandas que vão surgindo nas propriedades de cada jovem. Os conteúdos trabalhados nos módulos do curso são organizados em três núcleos temáticos, conforme quadro 3:

Quadro 3: Núcleos temáticos e conteúdos ministrados no Curso de liderança, gestão e empreendedorismo com jovens

Núcleos	Conteúdos
Núcleo de desenvolvimento humano	Desenvolvimento pessoal, interpessoal e familiar
	Fortalecimento da identidade da agricultura familiar
	Gênero e geração
	Políticas públicas
Núcleo de desenvolvimento econômico e tecnológico	Identificação do território
	Noção básica de desenvolvimento local e territorial sustentável
	Levantamento junto aos jovens das potencialidades econômicas locais
	Organização produtiva e econômica
	Gestão de empreendimentos

	Avaliação
	Diferentes sistemas de cultivo
	Noção de mercado
	Legislação dos empreendimentos
Núcleo de desenvolvimento ambiental	Noção básica de desenvolvimento local e territorial sustentável
	Noção de capital ambiental e diagnóstico do potencial ambiental das comunidades
	Educação ambiental rural
	Gestão da água
	Gestão de resíduos, lixo e dejetos humanos e animais (saneamento ambiental)
	Propriedade legal (noções e planejamento)
	Noção de legislação de empreendimentos (laudo ambientais)
	APPs, mata ciliar e reserva legal
	Biodiversidade e modelos de SAFs
	Embelezamento das propriedades
	Noção de pagamentos por serviços ambientais
	Uso alternativo de energias e bioconstruções
	Reciclagem de materiais
	Conservação de solo e água
	Plantas bioativas
	Gestão ambiental
	Gestão ambiental rural
Educação ambiental	

Fonte: Adaptado de Gerber (2016).

Ainda segundo coordenadora entrevistada (C1), a partir das demandas – gado de leite; hortifrúti; pastagens; reflorestamento, etc. - é construído um projeto, o qual é estruturado por meio de discussões teóricas e de outras vivências práticas, a fim de que se construa um método para melhor desenvolver o projeto e possibilitar a implementação de uma técnica, um manejo ou até mesmo o desenvolvimento ou melhoria de alguma atividade produtiva já existente na propriedade.



Para Poletto (2016), a viabilidade da execução dos projetos só é possível devido os recursos financeiros do Programa SC Rural disponibilizado. Ainda segundo o autor, o questionamento a respeito de como investir no jovem rural, precisa ser feito constantemente para que esse jovem tenha atenção às suas necessidades e permaneça motivado a continuar no meio rural se desejar.

De acordo com Gerber (2016), a partir das experiências e vivências que foram sendo discutidas ao longo do andamento do programa, foi realizado em 2015 no Centro de Treinamentos da Epagri de Videira, um seminário com relatos dos extensionistas/equipe. Na oportunidade foram realizados trabalhos em grupos que discutiram a respeito do que era necessário ser melhorado/implementado nas atividades com os jovens rurais para continuidade do programa.

Como destaca Steinwandter (2016), essa discussão possibilitou elencar ideias e propostas a compor uma política pública de Estado, porque segundo a autora, a Epagri compreende que as ações desenvolvidas pelo Programa SC Rural são de extrema importância no processo de inclusão social dos jovens rurais. Contudo, precisa de maior apoio de políticas públicas e programas que auxiliem estas ações, uma vez que o programa tem períodos de vigência de acordo com o apoio financeiro destinado para cada projeto específico.

De acordo com a coordenadora do curso (C1), as políticas públicas para juventude rural, precisam ser um conjunto de atividades, de ações de propostas, sendo o jovem rural o protagonista dessas ações/propostas:

A Epagri entende o jovem como público prioritário, não visto apenas como filho de agricultor, mas sim como um indivíduo complexo. Visto pelo viés de agricultor, ele é desde cedo parte fundamental na unidade produtora, pois vem trabalhando nesse meio desde muito cedo. Eles têm geralmente entre 10 e 15 anos de atividade, pois começam ajudar nas pequenas tarefas desde cedo e acumulam uma vasta experiência de suas atividades. Mas não podemos prepará-los apenas para serem os sucessores na atividade da família. Quando é feito o convite do jovem para o curso de liderança, gestão e empreendedorismo, esse convite é feito a partir dos escritórios de cada município. Quando o técnico identifica que há interesse do jovem, então é feito o convite e apresentado a ele e a família o curso, o propósito do mesmo. Ai, dentro da demanda de cada jovem, vai sendo trabalhado além da demanda da atividade da qual ele pretende, é apresentado a eles tudo o que envolve o bom andamento de uma atividade que passa pelo desenvolvimento humano, social e ambiental. Nossa preocupação é do todo. Quando é trabalhado o projeto de



vida dentro do curso, é isso, uma valorização da questão cultural, as questões que vem da família, sendo passado de geração para geração. Outro aspecto que se busca na orientação do curso, é poder abrir para novas possibilidades de inserção na sociedade. Uma dessas questões, é trabalhada a partir do processo de inclusão digital, a qual também auxilia no processo de inclusão, seja das questões globais e da sua própria realidade. Essas vivências são propiciadas inclusive por meio das trocas que acontecem em redes sociais que muitos nunca tiveram contato. Conseguem ter contato com diferentes pessoas e trocar ideias a respeito de muitos assuntos. (Coordenadora 1)

A partir desse olhar sistêmico, a coordenadora (C1) evidencia que o curso preconiza a valorização da cultura local na perspectiva do desenvolvimento rural. De acordo com a coordenadora, é proporcionando ao jovem uma perspectiva de ampliação de horizontes para muitos segmentos dentro do rural, que valoriza sua cultura e tradições, bem como poder integrar novas possibilidades. Segundo a entrevistada, o curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo, se caracterizou como uma ferramenta que auxilia no processo de desenvolvimento rural, ou seja, amplia as possibilidades de inserção do jovem no meio social/profissional e produtivo com mais rentabilidade e qualidade de vida.

Para a outra coordenadora entrevistada (C2), o desenvolvimento rural acontece quando o resultado de atividades que são desenvolvidas para o fortalecimento dos processos produtivos no meio rural, proporcionam aos envolvidos, mudanças sociais, econômicas e ambientais significativas. Ainda segundo as coordenadoras, o meio rural não se reduz ao agrícola e precisa ser visto de forma ampliada:

A Epagri é um ator nesse processo do desenvolvimento rural, que junto com outras Instituições, como as Universidades, os Sindicatos, as Cooperativas, trabalham com ações junto as famílias dando assistência às suas atividades. A Epagri busca trabalhar com a família, indo para além do trabalho focado apenas para a atividade agrícola. Também se preocupa com o desenvolvimento humano, promovendo além do trabalho técnico, a parte social (tecnológica, humana, gerencial, ambiental) (Coordenadora 2).

Por fim, para a coordenadora (C1), o trabalho que é desenvolvido com o curso de formação, permite ao jovem um olhar dinâmico sobre o processo pessoal, social e produtivo, ou seja, eles percebem que as oportunidades de uma condição de vida melhor no meio rural é possível. Permite ainda que eles possam fazer escolhas fundamentados em experiências concretas das interações que foram sendo construídas a partir da inserção no curso.



Considerações finais

O debate que envolve a juventude rural e sua relação com as políticas públicas, requer ampliar a compreensão desta categoria como multidimensional e diversa, que reconheça os jovens como sujeitos de direito, autônomos e corresponsáveis, o que depende de ações integradas de promoção da saúde, esporte, lazer e meio ambiente, baseadas na cooperação solidária e na gestão democrática e compartilhada.

Como destaca Stropasolas (2014), a complexidade que envolve a implementação de ações integradas que contemplem a diversidade social das juventudes rurais, requer, portanto, questionar a versão setorializada ou individualizada de políticas, rever os modelos e as formas de gestão e de implementação das políticas, sobretudo em nível local, e por fim, ampliar a articulação entre o Estado e suas instituições, a sociedade civil, os movimentos, as universidades, as entidades representativas e, sobretudo, os jovens em sua diversidade.

Afirmar que os programas e as políticas públicas, articulados com a ampliação dos recursos, que favoreçam os investimentos no meio rural em suas várias dimensões, tendo em vista as especificidades do contexto do jovem rural, pode não garantir a permanência dos jovens, contudo, permite que, a partir do acesso a esses mecanismos, os jovens poderão fazer suas escolhas, traçar objetivos e projetos construindo desta forma, trajetórias que terão significativa influência em suas identidades.

Nessa perspectiva, este estudo por meio da análise do curso em liderança, gestão e empreendedorismo ofertado pelo Programa SC Rural da Epagri em Santa Catarina, buscou evidenciar ações e estratégias voltadas às necessidades dos jovens rurais, sendo que um dos aspectos relevantes neste processo diz respeito ao acesso ao conhecimento. Na visão das coordenadoras da Epagri, a informação e o acesso ao conhecimento, são grandes instrumentos de inclusão e fortalecem a expansão e participação social dos jovens rurais por meio do protagonismo e empreendedorismo.

O processo de formação vivenciado pelos jovens rurais no curso investigado amplia as competências dos mesmos para que valorizem o meio em que vivem e contribui para alterar as condições socioeconômica e ambiental das famílias dos mesmos. A metodologia de formação



por alternância se trata de um importante diferencial do curso, pois a articulação entre teoria e prática, possibilitou responder às necessidades e fragilidades vivenciadas no meio rural de forma condizente com a realidade de cada jovem.

A participação dos jovens no programa SC Rural, permitiu ampliar e modificar suas relações sociais, tais como o desenvolvimento da organização social, melhor comunicação com a família e o aumento do interesse pelas questões relacionadas as discussões que envolvem a juventude. Os jovens passaram a se envolver nas atividades que foram sendo desenvolvidas ao longo do curso a partir da discussão sobre um projeto de vida, o que lhes possibilitou perspectivas de continuar no meio rural.

Por fim, é importante ressaltar que a contribuição do SC Rural a partir das ações do curso de formação estudado, na perspectiva de incentivar os jovens a permanecer no meio rural, enquanto sucessores das atividades produtivas convencionais, são extremamente importantes. Entretanto, essas políticas não devem se restringir somente as mudanças envolvendo as atividades econômicas e produtivas, mas devem possibilitar condições e oportunidades para que os mesmos sejam incluídos em espaços e atividades que não se restrinjam ao meio rural.

Referências

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social.** Tese (Doutorado em CPDA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2014. Disponível em: < <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2014/10/Tese-Sergio-Botton-Barcellos.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BRASIL. **Lei n. 11.129**, de 30.06.05. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude [...]. Diário Oficial da União, Brasília, 1º jul. 2005.

CARNEIRO, Maria. José. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos T.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flavio C.; CASTRO, Ana Celia. (Org.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.



CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Latinoamericana de ciencias sociales**. v. 7, n. 1, pp. 179-208, 2009. Disponível em:

<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/773/77307108.pdf> Acesso em: 08 jun. 2015.

CNJTTR, Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Transformando o presente e construindo o futuro. **Rev. Juventude Rural**. Contag, Brasília, jul. 2007. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f323RevistaJuvRural.pdf> Acesso em: 15 mar. 2019.

FIGUERÓ, Cianarita Caron. Sucessão Familiar a Região Oeste de Santa Catarina. In: GERBER, Rose Mary (Org.). **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri - 2012-2016**: depoimentos e imagens. Florianópolis: Epagri, 2016, p. 43-52.

GERBER, Rose Mary (Org.). **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016**: depoimentos e imagens. Florianópolis: Epagri, 2016.

GIMONET, Jean Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação. In: **Pedagogia da Alternância**: alternância e desenvolvimento. Primeiro Seminário Internacional, Salvador: Dupligráfica Editora, 1999.

MARTINELLI, Maxemino Luiz. **O Programa Santa Catarina Rural**: uma análise do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens de Chapecó – SC (Dissertação). Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó (SC), 2017. 105 f. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/mestradopolicas/publicacoes-cientificas/conteudo/maxemino/ano/flag/l/material/6,9/page/> Acesso em: 01 mai. 2019.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014, p. 178-196.

NOVAES, Regina Célia Reys et. al (Org.) **Política nacional de juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude: Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/51>. Acesso em: 01 mai. 2019.

POLETTO, Andre Ricardo. Capacitação de jovens: motivações e desprendimentos que contagia a todos/as. In: GERBER, Rose Mary. (Org.). **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016**: depoimentos e imagens. Florianópolis: Epagri, 2016, p. 25.

RENK, Arlene; DORIGON, Clóvis. Trabalho, juventude rural e mudança social. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clóvis (Orgs.) **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó, Argos, 2014, p. 15-34.



RENK, Arlene; DORIGON, Clóvis; BAGNARA, Maritânia. Juventude rural e mudança social. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clóvis (Orgs.) **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó, Argos, 2014, p. 77-98.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. **Programa SC Rural**. Disponível em: <http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php/acoes/135-programa-sc-rural>. Acesso em: 01 mai. 2019.

SC RURAL – Santa Catarina Rural. **Programa Microbacias**. Disponível em: <http://www.scrural.sc.gov.br/?page_id=10>. Acesso em 14 de Out. 2016.

SOUZA, Renato Souza. **A Condição Organizacional**: o sentido das organizações no desenvolvimento rural. Santa Maria: Editora da UFSM. 2012.

STEINWANDTER, Edilene. Gerência Estadual de Extensão Rural e Pesquisa: uma experiência desafiadora, instigante e gratificante. In: GERBER, Rose Mary (Org.). **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016**: depoimentos e imagens. Florianópolis: Epagri, 2016, p. 35-40.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014, p. 178-196.